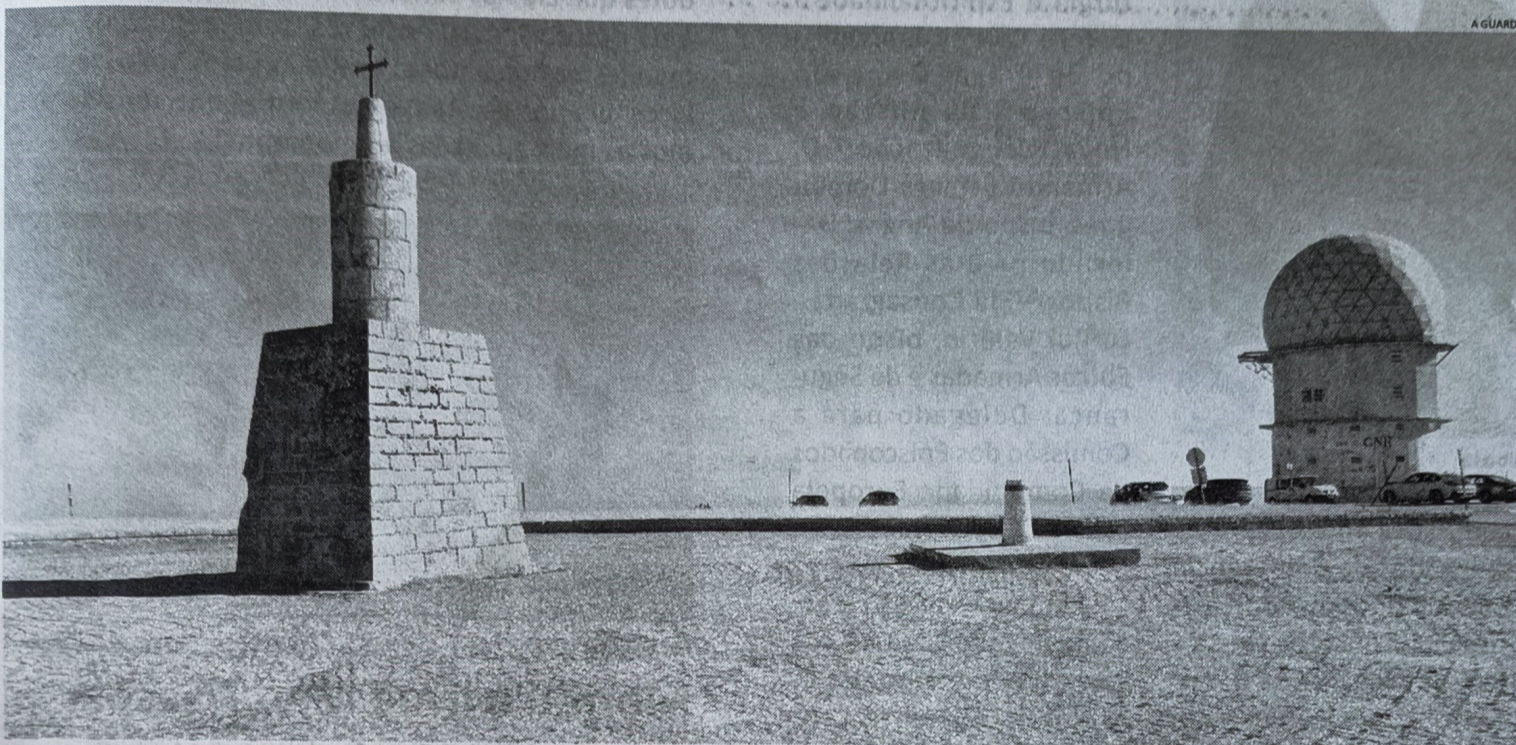


Municípios da Guarda, Celorico e Gouveia querem novo acesso à Serra da Estrela



Os municípios da Guarda, Celorico da Beira e Gouveia estudam acesso mais directo ao maciço central da Serra da Estrela

Os municípios da Guarda, Celorico da Beira e Gouveia estão empenhados no projecto de execução da “estrada verde” de acesso ao maciço central da Serra da Estrela, a partir da Guarda, passando por Videmonte, Linhares da Beira e Folgoso. A proposta de contrato de parceria intermunicipal foi aprovada, por unanimidade, na última reunião da Câmara Municipal da Guarda que decorreu no dia 19 de Abril.

“Hoje aprovámos um contrato de parceria entre o Município da Guarda, o Município de Celorico da Beira e o Município de Gouveia, os três municípios que se associam, para podermos iniciar o projecto de execução”, tendo em vista “a possível execução do pavimento do caminho florestal existente na zona de Videmonte, Linhares da Beira, Folgoso, Senhora de Assedasse, passando assim, se quisermos, chamar-lhe a Estrada Verde”, explicou o Presidente da Câmara da Guarda.

Sérgio Costa disse que este é “o acesso que a Guarda nunca teve directo ao Maciço Central da Serra da Estrela, a partir de Videmonte, ao Alto da Portela e até Manteigas e naturalmente depois para a Torre”.

Considerou que “este é um passo muito importante na nossa estratégia

de a Guarda se afirmar mais como uma nova porta para a Serra da Estrela”, dando continuidade aos Passadinhos do Mondego.

O processo, que envolve as três autarquias, vai ser liderado pela Câmara da Guarda e “é um projecto que pode fazer revolucionar a acessibilidade no Maciço Central da Serra da Estrela, a nível turístico mas também a nível do combate contra incêndios”.

Sérgio Costa lembrou que a falta de acessibilidades entre Videmonte, Linhares da Beira e Folgoso, tem dificultado o combate aos incêndios naquela zona do Parque Natural da Serra da Estrela, tal como sucedeu no último Verão. O projecto, “de alguns milhões de euros”, prevê a construção de um caminho pavimentado, numa extensão de cerca de 25 km, com alguma dimensão para que possam circular viaturas automóveis.

Sérgio Costa disse que “o projecto de execução ficará pronto durante este ano para que possamos encontrar alguma fonte de financiamento”. Explicou que “os quadros comunitários normais não dão apoio para este tipo de estradas” e, por isso, é preciso “encontrar uma outra qualquer fonte de financiamento”.

O autarca considerou que, agora, o mais importante é avançar com o

projecto de execução da obra, pois “sem projecto não há qualquer financiamento”.

Carlos Chaves Monteiro disse que os vereadores do PSD votaram favoravelmente por considerarem que “a proximidade à Torre e ao Maciço Central é fundamental”, lembrando que a Guarda é a cidade “que tira menos proveito da exploração da Serra da Estrela”.

Carlos Chaves Monteiro adiantou que “a acessibilidade ao Maciço Central é para nós também um eixo estratégico do desenvolvimento deste território”. E acrescentou: “Consideramos que uma das principais marcas do país é a marca Serra da Estrela”.

Sem descurar a solução apresentada disse que “da leitura que o anterior executivo fez do território” existe a possibilidade de outra ligação mais directa, desde Vale de Estrela e de Famalicão da Serra e “a partir daí apontar para o Maciço Central”. Com esta solução a proximidade da Guarda à Torre seria maior e “privilegiava um investimento exclusivamente no território da Guarda”.

Luís Couto, vereador do PS explicou que votou a favor por considerar que é positivo “partilhar o esforço” da execução da via “pelas três câmaras e não só por uma”.

Autarquias avançam com estudo para reforço do armazenamento das reservas de água

Numa altura em que começam a soar os alarmes por causa da falta de água em todo o território nacional, a Barragem do Caldeirão, no concelho da Guarda “está praticamente no máximo da sua cota”. Apesar da situação actual não acarretar preocupações de maior, o Presidente da Câmara da Guarda sabe que “a Barragem do Caldeirão, numa noite de descarga, para abastecer as localidades a jusante, baixa drasticamente a sua cota”.

É por causa de situações como estas que Sérgio Costa continua a defender que “tem de ser feito o reforço do armazenamento das reservas de água na zona do Parque Natural da Serra da Estrela”.

Nesse sentido, os seis municípios da Serra da Estrela têm uma parceria tendo em vista “o estudo desse recurso tão importante que é a água” sob o ponto

de vista do abastecimento de água, dos regadios, dos aproveitamentos hidroeléctricos, entre outros.

O estudo, que deverá ficar concluído nos próximos três meses, tem em vista o programa de revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, no qual os autarcas pretendem “colocar alguns investimentos necessários”, nomeadamente o do armazenamento de água.

“Nós necessitamos absolutamente destas reservas de água para não andarmos todos os anos com as calças na mão”, disse Sérgio Costa que vê na falta de armazenamento de água um problema que afecta todos os municípios da Serra da Estrela.

O autarca da Guarda diz que, para já, ainda não está em cima da mesa “a necessidade de racionalizar consumos, ainda não é o tempo para isso, porque ainda poderá vir a cho-



ver”. Mesmo assim “o município da Guarda já está a preparar um plano de acção para se necessário for, fazermos a redução desses consumos”.

Sérgio Costa explicou que a Câmara vai continuar atenta, juntamente com a Agência Portuguesa do Ambiente, através da monitorização constante da

quantidade de armazenamento na barragem do Caldeirão.

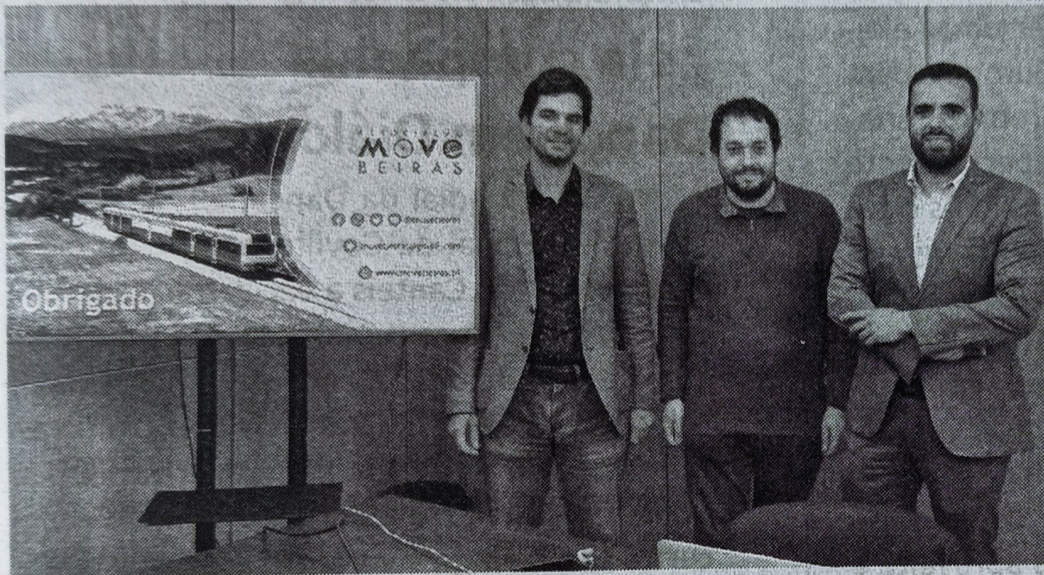
O autarca lembrou que “o plano que está a ser preparado vai ter como medida principal a aposta nas reservas de água”.

Recordou que a política, ao longo das últimas décadas, de forma errada, foi de “não construir mais barragens”, mas, “neste momento, já estamos a viver um novo paradigma em termos do pensamento técnico político para que se possam construir novas reservas de água na nossa região”.

Sérgio Costa disse que o estudo vai ditar claramente onde é que as barragens “devem ser feitas porque já muitos estudos foram feitos no passado e é preciso fazer toda essa actualização e outras necessidades que existem neste momento”. E concluiu: “Esperemos que ao longo dos próximos três meses os estudos estejam concluídos”.

Transportes

Associação Move Beiras preocupada com a actual versão do Plano Ferroviário Nacional



A Associação Move Beiras reuniu, com o Secretário de Estado das Infraestruturas, Frederico Francisco, no dia 21 de Abril, no âmbito da discussão pública do Plano Ferroviário Nacional (PFN) e no seguimento da reunião na Assembleia da República a 23 de Fevereiro com os deputados eleitos por Castelo Branco e Guarda.

A Associação manifestou preocupação pela actual versão do Plano Ferroviário Nacional ser

um documento muito vago, no que diz respeito à Linha da Beira Baixa e entregou o documento-resumo que foi submetido na fase de discussão pública onde estão compiladas as medidas dos quatro contributos que três entidades (Câmara Municipal da Covilhã, Comunidade da Linha da Beira Baixa e Junta de Freguesia do Tortosendo) submeteram na fase de auscultação do Plano Ferroviário Nacional.

Na reunião, os membros da

Associação Move Beiras frisaram a necessidade da adopção de uma estratégia que resulte numa Linha da Beira Baixa competitiva, ao serviço da região e que promova a coesão territorial e a descentralização.

Frederico Francisco reconheceu que a versão original do Plano Ferroviário Nacional é insuficiente no que toca a esta linha, assegurando que a nova versão, actualmente em elaboração, terá de ser mais específica, acolhendo assim as nossas preocupações.

A Move Beiras está confiante de que desta vez, a Linha da Beira Baixa não ficará esquecida no documento que irá guiar o destino do caminho-de-ferro em Portugal até 2050.

A associação Move Beiras foi criada com o objectivo “dinamizar o interior; promover a utilização do comboio; potenciar a criação de riqueza e valorização das pessoas e dos territórios”.

Portaria foi publicada em Diário da República

Governo autoriza estudo prévio e projecto da Linha do Douro até Barca d'Alva

O Governo autorizou a Infraestruturas de Portugal a avançar com o estudo prévio e projecto de execução da reactivação da Linha do Douro, entre Pocinho e Barca d'Alva, numa despesa de 4,2 milhões de euros.

“Fica a Infraestruturas de Portugal, S. A., autorizada a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato para a prestação de serviços para a «Linha do Douro - Pocinho - Barca d'Alva - Estudo Prévio + Projecto de Execução», até ao montante global de (euro) 4.191.480,00, a que acresce IVA à taxa legal em vigor” refere a portaria publicada, no dia 18 de Abril, em Diário da República. O documento também refere que “a presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação”.

O Governo informa que autoriza a IP a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato para a “Linha do Douro – Pocinho – Barca d'Alva – Estudo Prévio



+ Projecto de Execução”.

A portaria especifica que o procedimento tem um preço base de 4,2 milhões de euros, despesa à qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, e que a repartição da despesa será feita entre 2024 e 2029.

A Infraestruturas de Portugal agora pode avançar com o concurso público com vista à elaboração do estudo prévio e projecto de execução do projecto de reactivação de 28 quilómetros

entre as estações do Pocinho e Barca d'Alva.

A Linha Ferroviária do Douro liga o Porto ao Pocinho (171,522 quilómetros) e há vários anos que é defendida a reabertura do troço entre o Pocinho (Vila Nova de Foz Côa) e Barca d'Alva (Figueira de Castelo Rodrigo), desactivado em 1988.

A portaria, que foi assinada pelos secretários de Estado do Orçamento, Sofia Alves de Aguiar Batalha, e das Infraestruturas, Frederico An-

dré Branco dos Reis Francisco, refere que “os encargos financeiros resultantes da execução do presente diploma serão satisfeitos por verbas adequadas do orçamento da Infraestruturas de Portugal, S. A”.

Relativamente à linha entre Pocinho e Barca d'Alva, em entrevista ao jornal A GUARDA (16 de Março de 2023), o Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo referiu que estava farto de ser enganado. Carlos Condesso explicou: “Já andamos a ser enganados há muitos anos. Os autarcas de Figueira e de Vila Nova de Foz Côa, que somos os principais interessados, porque a linha vem do Pocinho até Barca d'Alva, embora a linha ao reabrir vai ser uma mais-valia para todos os concelhos da região, estamos fartos de ser enganados”. E acrescentou: “Já ouvimos os anúncios de abertura várias vezes, por vários governos. Já assistimos à assinatura de protocolos de intenções”.

A GUARDA

Guarda e Covilhã concentram as quatro Empresas Gazela das Beiras e Serra da Estrela

A região Centro conta com 104 empresas Gazela, empresas jovens que num curto espaço de tempo apresentam um crescimento acelerado no emprego e no volume de negócios. Das 104 empresas, quatro estão localizadas nos municípios da Comunidade Intermunicipal (CIM) das Beiras e Serra da Estrela: duas empresas na Guarda e duas na Covilhã.

De acordo com os apuramentos efectuados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), que pelo décimo primeiro ano consecutivo faz esta distinção das Empresas Gazela na região, destacam-se os seguintes aspectos para a CIM das Beiras e Serra da Estrela: Foram identificadas quatro empresas Gazela na CIM Beiras e Serra da Estrela, em 2022 (em 2021 tinham sido seis); Estas empresas têm um elevado potencial para gerar novos postos de trabalho, tendo aumentado as pessoas ao serviço entre 2018 e 2021, passando de 143 trabalhadores para 275 trabalhadores; O volume de negócios destas quatro empresas quase quadruplicou entre 2018 e 2021, pois facturaram 4,4 milhões



O concelho da Guarda tem duas Empresas Gazela

de euros em 2018 e 16,2 milhões de euros em 2021.

Em termos de dimensão, as empresas gazela da CIM Beiras e Serra da Estrela são três de pequena dimensão e uma de média dimensão. Duas destas quatro empresas desenvolvem actividades na indústria transformadora, enquanto as restantes respeitam a actividades administrativas e

dos serviços de apoio (1) e transportes e armazenagem (1).

Na Guarda são Empresas Gazela a PODPALETE, Logística e Transportes, Unipessoal, SA e Universal Care Serviços, Lda e na Covilhã têm o mesmo estatuto a MEPI Surfaces, Lda e WDRetail – Soluções Para Ponto de Venda, Lda

As 104 empresas Gazela da

região centro empregam 4.456 pessoas e geram um volume de negócios de 1.096 milhões de euros e 859 milhões de euros de exportações. São empresas jovens que num curto espaço de tempo apresentam um crescimento acelerado no emprego e no volume de negócios. São uma reduzida percentagem do universo das empresas, mas estão presentes em todos os sectores de actividade e diferenciam-se, também pelo seu posicionamento nos mercados e pela sua capacidade de gestão e de risco.

Isabel Damasceno, presidente da CCDRC, sublinha que “as empresas da Região Centro continuaram a mostrar a sua resiliência após anos difíceis. É com muita satisfação que a Região Centro tem novamente mais de uma centena de empresas Gazela”.

Em termos de distribuição geográfica estão disseminadas pelo território, repartindo-se por 49 municípios da Região Centro, sendo os municípios de Leiria e Viseu (com 9 empresas cada), os que têm um maior número, seguidos pelos municípios de Aveiro e Torres Vedras (com 6 empre-

sas cada) e Coimbra e Ovar (com 5 empresas cada). Com quatro e três empresas gazela surgem, os municípios de Águeda (4), Castelo Branco (3), Oliveira do Hospital (3) e Vagos (3). Os municípios de Abrantes, Batalha, Caldas da Rainha, Cantanhede, Covilhã, Figueira da Foz, Guarda, Idanha-a-Nova, Ílhavo, Marinha Grande, Ourém e Vouzela apresentam duas empresas gazela, cada. Em termos sub-regionais, destacam-se os territórios correspondentes às NUTS III da Região de Aveiro (24), Região de Coimbra (18), Viseu Dão Lafões (16), Região de Leiria (15) e o Oeste (11). A maioria das empresas gazela (65%) continuam concentradas nas quatro NUTS III do litoral da Região Centro, tendo-se, no entanto, observado, uma diminuição gradual desta percentagem (face a 2019, a diferença é de 19 pontos percentuais), o que evidencia algum crescimento a assinalar do interior da Região Centro.

O evento de reconhecimento das Empresas Gazela estava marcado para esta quarta-feira, 26 de Abril, em Águeda, contando com a presença da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa.